

O CORPO NA CIDADE: ENTRE O URBANISMO PROTÉTICO E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

José Almir Farias Filho

RESUMO: Como o corpo humano influencia o pensamento no campo da prática urbanística? Trata-se de um conceito operativo ou noção acessória? Este artigo parte da hipótese de que historicamente o corpo tem servido como matéria prima ao domínio de um urbanismo protético, simultaneamente antropomórfico, asséptico e estandardizado. Entretanto, em algum momento do século passado, teve início um movimento que busca subverter esse status, despertando sua força transgressora, de modo a empregá-la na reorientação dos destinos da cidade e, sobretudo, em um sentido que escape ao fatalismo das determinações técnicas e econômicas. Nesta ação, um desafio de peso se revela: romper com o culto do progresso técnico característico das doutrinas urbanísticas da era industrial, através da desconstrução das expectativas sobre as quais elas repousam.

PALAVRAS-CHAVE: corpo humano; urbanismo; prática urbanística; política urbana.

ABSTRACT: *How does the human body affect the field of urban practice? Is it an operating concept or an accessory notion? This work starts from the assumption that the body has served as raw material to the domain of a prosthetic urbanism, which is simultaneously anthropomorphic, aseptic and standardized. However, some time in the last century, there was the beginning of a movement that seeks to subvert this status, awakening its transgressive strength in order to use it to reorient the destinies of the city and, above all, in a sense that escapes from the fatalism of technical and economic determinations. In this action a major challenge is posed: to break away from the cult of the technical progress which characterizes the urban doctrines of the industrial age, through the deconstruction of the expectations upon which they rest.*

KEYWORDS: *human body; urbanism; urban practice; urban policy.*

Desde os primórdios da civilização urbana, o corpo humano, revelado em infinitas metáforas, serve de referência para a concepção *in abstracto* e para o constructo efetivo da cidade. Este artigo, essencialmente de caráter exploratório, pretende reunir alguns dos principais temas e questões que cobrem reflexões sobre a relação entre o corpo e a cidade no âmbito daquilo que chamamos de prática urbanística, e que não se limita ao planejamento urbano, mas a uma produção teórica e ações políticas que moldam nossa sociedade urbana.

Dada a variedade de conhecimentos envolvidos, consideramos a prática urbanística como sendo a ação de dispor ordem no espaço em uma determinada escala territorial. Ela é heterogênea, dispersa e diversificada entre os atores, além de ser

fragmentada entre o conhecimento científico e a atividade política. Tal pluralidade pode ser percebida na administração e na ordem jurídica, nas operações de intervenção urbana e também no movimento dos habitantes. Desse modo, “a prática urbanística é inseparável da história, do patrimônio e da prospecção” (MERLIN & CHOAY, 2005, p. 11).

Na cidade, o corpo humano constitui a fronteira, ou antes, o lugar de contato entre o íntimo e o público, entre os espaços pessoal e coletivo, onde os padrões da comunidade são integrados ou contestados. Nessa significação, o corpo incorpora o referencial escalar da urbanização, mas também os valores sociais e “morais” que permeiam o enraizamento de questões geopolíticas. Daí a razão pela qual é possível distinguir, na literatura especializada, duas grandes áreas de conhecimento do corpo como objeto de experiência urbana. A primeira se reporta à fenomenologia, porque é pelo corpo que apreendemos e vivemos o real, o espaço; a segunda é social e política, pois o corpo na sua maneira de ser no espaço, de se esconder ou reivindicar o seu lugar, de ser invisível ou objeto de comércio, torna-se um forte indicativo das estruturas socioespaciais.

O que vemos quando colocamos a espacialidade do corpo no centro do debate sobre a prática urbanística contemporânea? Fundamentalmente, ele serve para pensar a totalidade, remetendo, por um lado, a uma totalização de partes diferenciadas e especializadas que é mais do que sua soma e, por outro, a uma finalidade interna caracterizada pela autorregulamentação, uma permanência de identidade no tempo apesar das mudanças.

Quando usado como parâmetro para a totalidade, o corpo torna-se medida de espaço, motor e protagonista de um fabuloso desenvolvimento técnico e científico que, no caso do espaço urbano, fomenta aquilo que aqui chamamos de urbanismo protético. Quando serve a uma finalidade interna, a corporeidade informa o rosto humano, cuja identidade revela as diferenças. Nesta condição, o corpo tem motivado duas condições antagônicas embora não excludentes: a primeira, derivada de conflitos e embates, é a ação concreta de políticas públicas afirmativas reconhecendo que o espaço não é neutro, mas adjetivado e construído socialmente; a segunda condição é existencial e psíquica, que dá origem a estratégias de resistência.

A partir desse juízo, consideramos aqui a hipótese de que historicamente o corpo tem servido como matéria prima ao domínio de um urbanismo protético, simultaneamente antropomórfico, asséptico e estandardizado. Entretanto, em algum momento do século passado, teve início um movimento que busca subverter esse status, despertando sua latente força transgressora, de modo a empregá-la na reorientação dos destinos da cidade e, sobretudo, em um sentido que escape

ao fatalismo das determinações técnicas e econômicas. Nessa ação, um desafio de peso se revela: romper com o culto do progresso técnico característico das doutrinas urbanísticas da era industrial, através da desconstrução das expectativas sobre as quais elas repousam.

O URBANISMO PROTÉTICO: PROPORÇÃO E MÓDULO; REPETIÇÃO E TIPO

Desde a Antiguidade Clássica, o corpo humano é usado como referência de escala e proporção para a construção de cidades, constituindo o primeiro elemento de “coordenação modular”.¹ Gregos e romanos adotaram sistemas de medidas de base antropométrica a partir de grandezas como o polegar, o palmo, o pé e a braçada, com a finalidade de garantir uma harmonia estética e construtiva. O conhecimento das dimensões do corpo e de sua articulação mecânica tornou-se, assim, imprescindível à espacialização urbana e arquitetônica, possibilitando encontrar a melhor relação entre o construído e aquele que fará uso dos espaços edificados.

A reinscrita renascentista do “homem vitruviano”, de Da Vinci, reafirma o símbolo da simetria básica do corpo humano cujas proporções se encaixam corretamente dentro dos padrões geométricos do quadrado e do círculo. Esse desenho, em essência um algoritmo matemático, sinaliza o crescente racionalismo que, a partir do século XVIII, centralizará o corpo em torno da produção quantitativa dos elementos construtivos, em tamanhos e formas padronizadas, de modo a acelerar o ritmo da construção e evitar as perdas de materiais. Evidencia-se, assim, uma relação cada vez mais estreita entre o corpo e a produção industrial.

A longa tradição de estudos e experimentações em arquitetura, que vai de Alberti a Le Corbusier, levará este último já no século XX a conceber o modular, sistema de medidas baseado nas dimensões do corpo humano, de aplicação universal e destinado a melhorar a aparência e a funcionalidade projetual. Seu raciocínio reside no fato de que a escala humana define as necessidades humanas, que afinal são idênticas entre todos os homens, faltando tão somente deduzir um tipo que se reconhece conforme a função e que fornece um rendimento máximo. Essas noções de “necessidades-tipo” e “homem-tipo” apontam a ambição do Movimento Moderno de mobilização das técnicas industriais e seus princípios de base: padronização, produção de massa e organização científica do trabalho.

¹ A coordenação modular em arquitetura pode ser definida como um método ou abordagem de projeto, no qual os elementos construtivos estão dimensionados a partir de uma unidade de medida comum. Essa unidade estabelece uma relação de dependência entre estes elementos e o produto final, o edifício (BOUERI, 2008).

Certamente, todo esse esforço resultou em um campo de conhecimento prolífero – a antropometria e seu corolário a ergonomia² –, cuja aplicação de métodos científicos de medidas físicas nos seres humanos busca adequar produtos a usuários, respondendo por um papel relevante no processo de programação arquitetônica e urbanística, sobretudo porque “apontam as relações entre funcionalidade e desempenho do indivíduo em um determinado espaço” (BOUERI, 2008, p. 27).

É revelador que o aparecimento do indivíduo sob a forma simultânea de cidadão e de ator econômico seja contemporânea à primeira revolução industrial, embora esta fascinação de articular corpo humano e máquina tenha causas mais profundas que a atração da técnica industrial, com sua regularidade, precisão e velocidade (SIMONDON, 2008[1958]). Princípio de individualização, a técnica industrial articulada ao conhecimento do corpo humano estimulou o nascimento do urbanismo protético, cuja referência teleológica é contraditória, na medida em que remete ao mesmo tempo a uma aceitação do determinismo histórico e a uma ambição de superá-lo.

O urbanismo protético se desenvolve na urgência imposta pela sociedade industrial de encontrar na técnica as soluções para problemas urbanos cada vez mais complexos. Com essa primazia instaurada, o mundo urbano tornou-se o mundo da técnica, uma “écotnia” (TEYSSOT, 2007), em cuja perspectiva o corpo humano reduz-se a um parâmetro mecânico que responde, quase exclusivamente, pela verdade do mundo. É esse encantamento pela técnica, potencializada na congestão de homens e massas edificadas, que dá forma a personificações do corpo em movimento que busca adaptar-se em meio às transformações urbanas.

Na cidade do século XIX, o *flâneur*, este personagem conceitual de Walter Benjamin (1989), é um corpo que vive em um espaço transitório, em lugar de passagem, exprimindo-se a partir de uma linha de fuga entre a cidade e as tecnologias da imagem. Ser ótico por excelência, o *flâneur* possui um andar que ganha potência no crescente magnetismo da próxima esquina, e como animal ascético, busca em vão aplacar sua fome de verificação das possibilidades do cotidiano. Mais tarde, na cidade pós-industrial do século XX, formata-se o *ciborg*,³ um ser híbrido possuidor de outra dinâmica de locomoção, já que representa a forma paroxística decorrente do homem vir a tornar-se máquina no momento em que seu ambiente tende a ser

2 A ergonomia procura analisar a adequação de um usuário ou conjunto de usuários ao espaço em que se encontra, abrangendo, igualmente, as ciências biológicas, psicológicas, antropométricas, fisiológicas e de engenharia. Na cidade, sua atuação estende-se ao sistema de tráfego e de transportes, produtos de consumo, habitação, áreas de recreação, etc.

3 O termo aparece nos anos 1960 para designar um novo tipo de integração entre o homem e a máquina, em um misto de imaginário, de práticas e de realizações concretas (RIBEIRO, 2004).

mais e mais tecnológico. Nesse caso, o indivíduo-corpo, plenamente autônomo, pode consequentemente escolher os modos de associação que lhe convêm (PICON, 1998).

Como *flâneurs* e *ciborgs* e seus pressupostos de liberdade, movimento e automação influenciam a prática urbanística? Primeiramente, o contínuo crescimento urbano que se verifica a partir da revolução industrial impõe um problema fundamental: adequar o espaço urbano ao fluxo cada vez mais intenso dos corpos em movimento. As técnicas de infraestrutura e comunicação estruturam o processo de urbanização e dão forma às cidades. Com o aumento da motorização e da velocidade, as condições de mobilidade desempenham um papel central na transformação urbana. As soluções projetuais de transporte, mais que as outras, alteram a relação entre as representações imediatas do espaço e os princípios de orientação induzidos pelas técnicas.

Com o tempo, a cidade, cada vez mais agressiva, de difícil decifração e desconectada dos ritmos biológicos, exige a adaptação do corpo a dispositivos técnicos, identificados e controlados por meio de sistemas de dados que gerenciam seu funcionamento. Substituindo-se a informação analógica pelas tecnologias do digital, o espaço físico cede cada vez lugar ao “espaço crítico” (VIRILIO, 1993), fenômeno complexo desencadeador de transformações extremas nos mais diversos referenciais das interações entre homem e meio ambiente, espaço e tempo.

De fato, a amplitude dos contrastes e das discontinuidades dos deslocamentos intraurbanos constitui a característica mais marcante de um urbanismo móvel, reivindicado principalmente por sua estreita conexão entre mobilidade e as possibilidades de renda na cidade, e que multiplica os corpos sintonizados em diferentes aparelhos, em um misto de carne e mecânica, carne e ambiguidade. Por força da congestão, que produz uma imobilidade relativa, o tempo torna-se estratégico, a prioridade recaindo sobre a acessibilidade que se torna mais importante do que a distância.

A esse respeito, coexistem dois tipos de discurso crítico. O primeiro centra-se nas funções de mobilidade e sua “eficácia”, no contexto em que o domínio do tempo e dos fluxos urbanos mobiliza toda a atenção de planejadores e usuários (ASCHER, 2001). O segundo discurso destaca a “neutralização” da experiência dos habitantes e a pobreza sensorial dos contextos urbanos contemporâneos (SENNETT, 1988; 1997). Deste último ponto de vista, a higienização crescente dos lugares de mobilidade nos faz interrogar sobre a capacidade do corpo de absorver e regular os conflitos potenciais bem como de expressar os múltiplos registros da experiência cotidiana. Apesar do surgimento, ainda tímido, dos “movimentos lentos” (HONORÉ, 2013), a acessibilidade, a rapidez e fluidez continuam a representar para a cidade um valor socioeconômico imperativo.

De qualquer modo, toda exteriorização por meio de um dispositivo técnico é acompanhada por uma interiorização de suas modalidades de funcionamento, por isso o mundo urbano aproxima-se do mundo dos jogos eletrônicos. Na paisagem dinâmica das relações na cidade, os corpos dos indivíduos são quase-objetos estranhamente pacificados devido à onipresença das técnicas. Nos jogos e na paisagem tecnológica da cidade, os eventos (de todas as intensidades) se produzem a cada instante. A ausência de transição entre as sequências que a constituem reforça esse caráter do evento. Sair de uma autoestrada ou de um *parking*, entrar ou deixar um centro comercial, passar por uma zona industrial ou um loteamento residencial constituem microeventos frequentemente assimiláveis a reversões de situação, já que o contraste é brutal entre o antes e o depois (PICON, 1998).

CORPO COMPETENTE E CORPO ESTIGMATIZADO: O CONTROLE MERCADOLÓGICO DO CORPO

A questão política do corpo, seguindo o design clássico proposto por Hobbes, baseia-se em uma antropologia política em que o homem tem apenas um desejo: escapar da morte por qualquer meio violento. Hobbes reduz as reivindicações de vontade política ao ato primordial de manter-se vivo, ou seja, ao simples fato de se viver independentemente de qualquer outro valor. Todavia, no plano dos fundamentos constitucionais das sociedades democráticas contemporâneas, a pessoa e o corpo são indissociáveis. Sendo assim, para proteger a pessoa, a lei protege o corpo inteiro, como resultado da afirmação de dois princípios absolutos: a inviolabilidade e a não patrimonialização do corpo humano.⁴

O corpo torna-se, então, um objeto especial da política, a ponto de Foucault (1986, 2003) afirmar que o poder político tornou-se um “biopoder”, agindo sobre o corpo e deixando a questão de viver bem além de suas preocupações. Isso porque o Estado intervém na gestão de recursos humanos, protegendo o direito à vida através do monopólio legítimo da violência física. Como parte de uma “sociedade da vigilância”, essa proteção age sobre grupos de comportamento desviante ou indivíduos considerados de risco para a comunidade.

Quando se trata de política urbana, o corpo higiênico e esportivo é uma meta historicamente recorrente. A salubridade corporal encontra-se diretamente rela-

4 A partir desses princípios, são derivados outros princípios constantemente reafirmados: do consentimento livre, esclarecido e revogável; da doação; do anonimato; da gratuidade; da finalidade unicamente terapêutica ou científica de toda intervenção no corpo humano; da obrigação de autorização pelos profissionais e estabelecimentos; e enfim, do controle do Estado (RAMEIX, 1998).

cionada à salubridade espacial, visível em inúmeros projetos urbanos destinados desde sempre ao corpo inteiro e mais recentemente também ao corpo com deficiência. Nesse processo, a prática urbanística vem sendo cada vez mais influenciada por um enraizamento corporal, seja pela ação das políticas de proteção ao corpo, seja porque o corpo encontra-se na base de reivindicações políticas que manifestam e expressam insatisfação e descontentamento.

Ao menos em teoria, a concepção de novos instrumentos urbanísticos – como o Estatuto da Cidade – e a adoção de “ações afirmativas”⁵ se colocam como um passo importante em direção à democracia participativa e valorização do indivíduo e do corpo nos destinos da cidade. Mas aquilo que nasce como um princípio ético de inclusão, vem se tornando progressivamente dependente da ordem dos mercados livres. O resultado disso é que o corpo torna-se competente quando se subjugam à lógica dos empreendimentos imobiliários e do consumo automático, aceitando implicitamente as restrições que estes lhe impõem.

No atual estágio da globalização e domínio neoliberal critica-se o caráter homogeneizador da imagem da cidade imposta pelos financiadores multinacionais dos grandes projetos de revitalização urbana. Esse fenômeno vem recrudescer a velha ideia de homem-tipo, agora transfigurada em corpo-consumidor, cuja especificidade cultural serve potencialmente a estratégias de mercado. Para diversos especialistas, o nível mais evoluído da mercantilização das cidades, o espetáculo homogeneizante, resulta de um urbanismo e um planejamento urbano que encaram o corpo como um voraz consumidor de situações, produtos e espaços (ARANTES, 2001).

Ora, em determinado momento histórico as cidades se tornaram mercantis e nunca mais deixaram de sê-las; e o mais grave, parece não haver mais lugar para cidades não mercantis. Mesmo as cidades de origem sagrada se mercantilizam para atender a seu principal produto: a fé. De Veranasi a Mecca, de Aparecida a Juazeiro do Norte, o corpo mistificado é um forte propulsor da urbanização, da estruturação fundiária e determinante para a localização e o preço da terra.

Para Peter Hall (1995), esta cidade do empreendimento advém do fracasso do planejamento convencional que, entre outras incompreensões, não soube entender que o corpo necessitava de estímulos prazerosos. Tal perspectiva analítica está na origem de propostas como a de um “urbanismo sensível” (BELLO, 2011), que busca

5 Conceitualmente, a expressão “ação afirmativa” refere-se a um conjunto de políticas públicas adotadas com vistas a contribuir para a ascensão de grupos socialmente minoritários, sejam eles grupos étnico-culturais, sexuais ou portadores de necessidades especiais. Em síntese, a ação afirmativa tem como objetivo combater as desigualdades sociais resultantes de processos de discriminação negativa, dirigida a setores vulneráveis e desprivilegiados da sociedade (VILAS-BÔAS, 2003).

identificar e potencializar uma sexualidade urbana tendo por base o reconhecimento de que seja possível reconstruir a geometria espacial e o senso de comunidade a partir do desejo e da intuição. Nessa *démarche*, a sexualidade urbana seria portadora de um erotismo que não se restringe a um serviço, mas antes de uma sensação que revela nossa condição corporal e que pode nos ajudar a encontrar o verdadeiro lugar do corpo na cidade contemporânea. O velho aforisma se vê subvertido: a forma segue a emoção e não à função.

Em defesa desse processo de sensibilização, o arquiteto B. Tschumi (2006) afirma que a trama onipresente de leis consolidadas constrange o corpo na cidade. O jogo é intrincado, com regras que podem ser aceitas ou rejeitadas. Como nós que não podem ser desfeitos, essas regras possuem um efeito paralisante, mas, quando bem “manejadas”, têm a significação erótica do cativo. Para Tschumi, diferenciar regras e cordas seria irrelevante, o que importa é compreender como o projeto urbano produz “agregados sensíveis” que, longe de aprisionarem e paralisarem o corpo, dão-lhe uma nova amplitude, alargando seus os sentidos.

Estimulante? Provavelmente. Mas o curioso é que iniciativas de desmembramentos espaciais para a fantasia do corpo, como aquela promovida pelo movimento arquitetural do *high-tech*, são rapidamente assimiladas pelo mercado. O corpo segue um processo de desnaturalização e de arquiteturalização, através de uma postura materialista que o examina como uma máquina destinada ao prazer. Tal erotismo parece estar em relação com as intensidades energéticas e mecânicas, mas sobretudo mercadológicas, já que o reconhecimento do corpo como estimulação espacial se concentra especialmente sobre o olhar (SENNETT, 1990), privilegiando-se as imagens em detrimento das palavras e outros sentidos.

Pode-se duvidar, portanto, de que tais iniciativas provoquem mudanças sociais profundas sobre o papel do corpo na prática urbanística, ainda mais porque são claudicantes aquelas questões mais urgentes que visam operacionalizar a transversalidade entre o urbano e a desnaturalização dos discursos sobre a identidade, etnia, gênero, diversidade sexual ou classe. Como construto social, a prática urbanística vem, ao contrário, reforçando a normatividade dominante dos territórios urbanizados. Se a cidade parece ainda hoje hostil ao corpo humano e uma grande parte dos cidadãos não consegue se identificar com ela, é porque o Estado encontra dificuldades para formatar uma política urbana suficientemente consistente para articular direitos humanos e demandas socioeconômicas.

Por outro lado, é preciso levar em consideração que o corpo está diretamente imerso em um campo político que exerce pressões para investi-lo como força de trabalho e elemento de produção econômica. Como se sabe, há na prática urbanística contemporânea uma tensão entre regulação e emancipação, pois a dinâmica

capitalista de produção das cidades é marcada pela desigualdade não apenas econômica, mas também social e jurídica. Multidões de cidadãos disputam o acesso ao solo urbano, embora apenas uma parte deles terá pleno acesso aos serviços e à infraestrutura básica, enquanto a outra parte produzirá uma cidade situada à margem do direito privado e da ordem urbanística. Como lembra Bourdieu (1980), o espaço hierarquizado reflete uma sociedade hierarquizada, exprimindo as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada.

Em países como o Brasil, o grande desafio urbano parece ser o de reconciliar o cidadão não apenas com seu espaço, mas igualmente com seu sistema de representação social e político, e cada vez mais com práticas urbanas de proteção à vida que não resultem em mais diferenciação e desigualdade de tratamento. A crescente banalização da violência nas cidades induz políticas de segurança que categoriza o corpo estigmatizado conforme o grau de incômodo socioeconômico despertado. Observa-se, por exemplo, desde a leniente assistência social ao corpo mendicante de moradores de rua, o radicalismo higienista contra a deterioração corporal nas cracolândias, e também a ação de despejo de traficantes de sua “zona de conforto”, uma estratégia para recuperar territórios em que o Estado se fazia ausente, pois o corpo deslocado perde toda referência espacial.

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA: A EVASÃO, A ERRÂNCIA E O EU

Contra o pensamento dogmático, mecanicista e mercantilista do urbanismo protético, surgem as estratégias de resistência. Estas são variadas e algumas de longa tradição. Sennett (1988; 1997) demonstra que a experiência corporal no espaço urbano permite compreender a entrada da personalidade no domínio público. Sua tese é que o espaço urbano evoluiu, a partir do século XVIII, através de um paralelismo entre a nova visão científica do corpo como sistema circulatório e o fato das pessoas começarem a circular livremente pela cidade. Nesse processo, a demanda pela liberdade individual, pelo direito de ir e vir, entra em conflito com a necessidade de espaços comunitários e regulamentos edilícios. Desde então, a movimentação dos corpos está sempre em conflito com a consciência física – nem sempre desejável – do outro.

Compreender os mecanismos renitentes do corpo e da corporeidade foi, entretanto, uma contribuição decisiva do século XX para a evolução da prática urbanística. Desde os anos 1920, estudos interdisciplinares sobre a percepção, o ambiente e o comportamento trouxeram uma expressiva elucidação das relações entre o corpo e o espaço urbano. Esses estudos se encontram bem enrai-

zados no pensamento urbanístico e assimilados em projetos de desenho urbano. Uma mudança e tanto, impulsionada pela busca de respostas para novas questões. Como as expressões corporais testemunham a existência de maneiras particulares de sentir, experimentar e experimentar o espaço público? Como o meu corpo se relaciona com o outro e com os quadros sensíveis do cotidiano? Como estas estruturas sensíveis regulam ou, inversamente, perturbam esta ancoragem corporal do cidadão com a cidade e com o outro?

Os estudos sobre a percepção, em particular, desvendaram um campo até então obscuro sobre o papel do corpo na cidade. A abordagem fenomenológica da percepção de Merleau-Ponty (1994[1945]) abriu novas perspectivas a começar pela ideia de que o corpo é campo criador de sentidos, pois a percepção não é uma representação mentalista,⁶ mas um acontecimento da corporeidade e, como tal, da existência. Isso significa dizer que para se compreender a percepção como atitude corpórea é necessário adicionar a noção de sensação como movimento, que assim realiza novas possibilidades de interpretação das diferentes situações existenciais, remetendo às incertezas e ao indeterminado. Depreende-se, portanto, que não é o sujeito epistemológico que efetua a síntese, mas o corpo, quando sai de sua dispersão e se ordena, se dirige por todos os meios para um termo único de seu movimento.

Seguindo os aportes da Escola de Chicago e de Merleau-Ponty, diferentes pesquisadores investigaram a dimensão humana do espaço urbano, oferecendo novas possibilidades conceituais no campo da psicologia ambiental. Lynch (2006[1960]) dá uma nova visão do tempo e do homem ao explorar a imagem da cidade com base na compreensão da inscrição corporal do conhecimento. Tal cognição busca a percepção do corpo vivido, a motricidade, pois o urbano é um conjunto de sequências espaciais e o atendimento às conveniências do corpo é protagonista na construção da urbanidade. Conceitos como “espaço pessoal” (HALL, 1995) e “espaço defensivo” (NEWMAN, 1972) permitem entender as normas culturais que definem o espaçamento desejável entre duas pessoas, bem como a territorialidade do corpo e suas possibilidades de apropriação, o que vem contribuir para a ação política do direito à cidade. Altman, Rapoport e Wohlwill propõem um modelo com três componentes (ocupação, defesa e vínculos com o lugar), em que o comportamento territorial juntamente com regras e costumes não espaciais resistem à ameaça de interação não regulamentada (ALTMAN, 1980).

6 A representação mentalista é superada quando se compreende que a relação do corpo com a cultura é necessária para a incorporação ou inscrição corporal do conhecimento, ou *embodied mind* (DREYFUS, 1996).

Contribuições como essas nos permitiram assimilar a ideia de que cada corpo compõe um estilo único de ser no mundo, cujos movimentos configuram a corporeidade em uma modulação existencial. Disso resulta uma nova sensibilidade estética, pois a aproximação da vida do homem com seu corpo torna possível a criação e expressão de novas formas de comunicação e linguagem. Alimentado e induzido pela personalidade e pelo sensível, o corpo na cidade projeta-se em possibilidades de resistir àquilo que o oprime.

Evadir-se da realidade em sua volta, parece ser a estratégia mais primitiva de resistência do corpo na cidade. Desligar-se, ainda que momentaneamente, do entorno imediato, traçar uma linha de fuga mental, não significa necessariamente fugir da vida, mas, ao invés, fazer a vida fugir, escapar às limitações impostas quer pelo Eu quer pelo estado presente do mundo. A evasão seria então um estado psíquico que nos leva a um estranhamento onírico, à fantasmagoria do *flâneur*, nos dando a sensação de incursionar por um lugar extemporâneo e de liberdade que só pode ser conseguido nestes imaginários de exílio para o interior de si mesmo.

O cotidiano, esta “morada espiritual” sobre a qual nos fala De Certeau (1994), é um poderoso agente de evasão. O cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a caminho de nós mesmos, o homem ordinário, comum, o herói anônimo, a inventividade do mais fraco, em face de uma convicção ética e política, alimentada por uma sensibilidade estética.

Diferentemente, outra estratégia que demanda ativismo e engajamento ideológico foi elaborada nos anos 1960, quando o movimento conhecido como Internacional Situacionista introduziu a questão do corpo errante como forma de resistência ao consumo e comportamento massificados (DEBORD, 1997). Desde então, toda uma linha de estudos sobre as relações entre corpo – corpo ordinário, vivido, cotidiano – e cidade busca operacionalizar caminhos alternativos, desvios ou micropolíticas de planificação urbana contra o processo de espetacularização das cidades.

Desse pensamento surgem noções como a “psicogeografia”,⁷ uma geografia afetiva, subjetiva, que pretende cartografar as diferentes ambiências psíquicas com o auxílio de uma técnica de comportamento experimental, a “deriva”, e de uma prática, a “errância”, que designa a apropriação do espaço urbano pelo corpo através da ação do andar sem rumo. A errância pode resultar em “corpografias

7 Definida pelos situacionistas como um “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” (JACQUES, 2003).

urbanas” (JACQUES, 2002), um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo que registra sua experiência da cidade (cotidiana, estética ou artística), uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita no corpo de quem a experimenta.

Decifrar as corpografias urbanas que surgem dos movimentos e gestos do corpo (padrões corporais de ação) pode servir, então, para a reflexão sobre o urbanismo, através do desenvolvimento de outras formas corporais de se apreender o espaço urbano e, assim, conceber outras formas de intervenção urbana. Jacques acredita que através de errância e corpografias, a prática urbanística tornar-se-ia menos desencarnada e mais incorporada, contra a diminuição tanto da participação cidadã na cidade e favorecendo novas formas de micro-resistência do corpo ao pensamento urbanístico hegemônico.

Em outra linha de frente, a evolução teórica e empírica no campo da psicanálise e a contribuição de escritos filosóficos pós-estruturalistas trouxeram à luz uma estratégia de resistência ao mesmo tempo intangível e demolidora. Trata-se de uma arena em que a experiência engendrada pelo inconsciente elimina os raciocínios baseados num centramento ou ponto de referência fixo. O Eu passa a ser visto tanto como parte de um campo de existência necessariamente relacional ou rizomático (DELEUZE & GUATTARI, 1996), o que torna precária qualquer ideia de unidade ou individualidade; quanto como um processo de diferenciação progressiva dependente da complexidade da determinação inconsciente, o que retira seu entendimento do campo idealista-subjetivo.

Agora, a cidade estará onde cada um estiver, sem fronteiras ou limitações como referência, em função das interfaces geradas pela disponibilidade de equipamentos tecnológicos. Transfere-se, assim, a concepção urbanística e a tarefa de arquitetos e urbanistas para um pensamento em rede de interações, segundo o qual as cidades se deslocam com o deslocamento das pessoas. A pessoa se afirma como cidade – “a cidade sou eu” – e passa por um acontecimento singular que ultrapassa tanto o conceito de cidade restrito à geografia, quanto o conceito de Eu circunscrito a sujeito, indivíduo ou corpo anatômico (ARAÚJO, 2007).

Neste novo estado, a ideia de corpo ganha outra dimensão que não se restringe a uma anatomia que está dentro da pele. O corpo, nesse caso, abrange desde os componentes que garantem a sobrevivência através das trocas fisiológicas mais diretas, como, por exemplo, o ar que se respira, passando por tudo o que tenhamos contato direto ou indireto, consciente ou inconsciente. Esse raciocínio dá ideia do entendimento de que há um “corpo focal” e um “corpo franjal”, isto é, diferentes escalas e contextos para qualquer instância pessoal, o que abre novas perspectivas e expectativas para o desempenho das pessoas no ambiente urbano contemporâ-

neo impregnado de multiacessibilidade e, conseqüentemente, para a redefinição das concepções de território, identidade e pertencimento de cada um (MAGNO, 2004; ARAÚJO, 2007).

Configura-se, portanto, um urbanismo em estado fluido, o “urbanismo”, em que a forma cria sua mutação permanente e o urbano se constitui mediante a multiplicidade da experiência dos espaços e dos tempos e se funda na continuidade e na comunicação entre as coisas. O sentido do espaço é transformado através da flexibilidade de sua utilização, da simultaneidade de seus usos e significados e da flexibilidade ou mudança sem rupturas que vemos ocorrer nas práticas do dia a dia. O corpo no urbano, então, é, sobretudo, um estado de conexão. Isto, não apenas no sentido informacional, mas no sentido lato de todas as possibilidades e usos das conexões disponíveis.

O fabuloso ganho cognitivo possibilitado pela experiência urbana nos últimos cento e cinquenta anos demonstra que o acento antropométrico sobre o controle das técnicas busca restituir ao homem todo um conjunto de sensações elementares, por assim dizer, estáticas. No entanto, a relação do homem com o mundo não é uma simples adaptação, regida por uma lei de finalidade autorreguladora que alcança um estado de equilíbrio cada vez mais estável. É por isso que o urbanismo protético, baseado em uma tecnicidade que prevalece sobre o ser, manifesta, ao contrário, um poder de evolução irregular, em parte solucionando funcionalidades e reduzindo deseconomias, em parte acionando novas formas e forças que, ao invés de trazer estabilidade, despertam novas flutuações cada vez mais instáveis.

Por outro lado, focalizar em excesso as dimensões política e econômica do indivíduo moderno, e por extensão do seu corpo, esquecendo-se de sua necessidade atávica de técnicas que lhe permitem tomar e preservar as distâncias em relação aos outros, de existir de maneira isolada ao invés de se definir unicamente através de seu pertencimento a uma comunidade, pode nele despertar uma força política independente. A recusa de se submeter a qualquer incitamento externo faz do corpo o último elemento de resistência, permitindo que o indivíduo ganhe independência das estruturas de poder, embora essa resistência permaneça tão somente como liberdade e nunca como um direito. A questão é saber se existe na natureza um direito de resistência, isto é, se o indivíduo pode permanecer livre e vivo, mesmo sendo contra o conselho do soberano (RAMEIX, 1998).

Nessa condição, restam dúvidas quanto ao status do corpo ser verdadeiramente operativo e decisivo para o projeto de cidade em um mundo cada vez mais dividido entre a tecnologia e a multiplicidade do Eu. A própria noção de finali-

dade, aplicada a este devir, como lembra Heidegger (1979), parece inadequada, pois podemos certamente encontrar finalidades restritas ao interior desse devir. Não há um fim único e superior do corpo na cidade que possamos sobrepor a todos os aspectos da evolução para coordená-los e dar conta de sua orientação pela busca de um fim superior a todos os fins particulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKERMAN, Diane. *Uma história natural dos sentidos*. Trad. Ana Zelma Campos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- AGREST, Diana I. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica 1965-1995. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 585-599.
- ALTMAN, Irwin. *Environment and Culture*. New York: Plenum, 1980.
- ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 2001.
- ARAÚJO, Rosane Azevedo de. *A cidade sou? O urbanismo do século XXI*. PROURB-UFRJ, 2007. (Tese de Doutorado em Urbanismo)
- ASCHER, François. *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. Paris: Éditions de l'Aube, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacro e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- BELLO, Manuel. *Les zones érogènes de la ville*. In: <<http://www.ceaq-sorbonne.org/node.php?id=97&elementid=904>>. 2011. [Consultado em 12/4/2013.]
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire Um Lírico no Auge do Capitalismo*. Trad. José Carlos Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BOUERI, Jorge. *Antropometria aplicada à arquitetura, urbanismo e desenho industrial*. Manual de estudos – vol. 1. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DREYFUS, H. *The current relevance of Merleau-Ponty's phenomenology of embodiment*. In: <<http://philpapers.org/rec/DRE>>. 1996. [Consultado em 26/04/2013.]
- FARIAS, J. A. Pode o Urbanismo Contribuir para a Emancipação LGBT nos Espaços da Cidade? *Revista Advir*, nº 28, p. 100-113, julho 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1986.

- _____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2003.
- HALL, Peter. *Cidades do Amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. *Conferências e Escritos Filosóficos*. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- HILLMAN, James. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- HONORÉ, Carl. *The Slow Fix: Solve Problems, Work Smarter and Live Better in a Fast World*. London: Collins, 2013.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- _____. (org.). *Apologia da Deriva*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1960].
- MAGNO, MD. *A Psicanálise, novamente: um pensamento para o século II da era Freudiana*. Rio de Janeiro: Nova Mente Editora, 2004.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. 13ª ed. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2003 [1964].
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. C. Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994 [1945].
- MERLIN, Pierre & CHOAY, Françoise. *Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement*. Paris: Quadrige/Manuel, 2005.
- NEWMAN, Oscar. *Defensible space: crime prevention through urban design*. McMillan, New York: The Architectural Presse, 1972.
- PAULA, K.C.L., SANTANA, E.P. & DUARTE, C.R. Estudos cinestésicos: uma experiência projetual em torno do “exercício experimental da liberdade”. In: DUARTE, C.R. et al. (orgs.). *O lugar do projeto: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007, p. 203-215.
- PICON, Antoine. *La ville territoire des cyborgs*. Besançon: Les Éditions de L'Imprimeur, 1998.
- RAMEIX, Suzanne. Corps humain et corps politique en France. Statut du corps humain et métaphore organiciste de l'État. *Laval théologique et philosophique*, vol. 54, n° 1, p. 41-61, 1998.
- RAPOPORT, Amos. *Human Aspects of Urban Form: Towards a man-environment approach to urban form and design*. Oxford: Pergamon Press, 1977.
- RIBEIRO, Clarissa. *Do flâneur ao ciborg*. Teorias filosóficas do espaço. São Paulo: FILE – Festival Internacional de Linguagens Eletrônicas, 2004.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. *La consciència del ojo*. Trad. Miguel Martínez-Lage. Barcelona: Versal, 1990.
- _____. *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SIMONDON, Gilbert. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 2008 [1958].

- TEYSSOT, Georges. Arquitetura no corpo: entre prótese e o parasita. In: DUARTE, C.R. et al. (orgs.). *O lugar do projeto: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007, p.25-41.
- TSCHUMI, Bernard. O prazer da arquitetura. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica 1965-1995. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 575-584.
- VILAS-BÔAS, Renata Malta. *Ações afirmativas e o princípio da igualdade*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.
- VIRILIO, Paul. *O Espaço crítico*. Trad. Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- WOHLWILL, Joachim F. Human adaptation to levels of environmental stimulation. *Human Ecology*, nº 2, p. 127-147, 1974.

Recebido em 20.04.2013

Aceito em 15.07.2013